



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

CANAL DE VOZ

**SINTTEL-ES**

Informativo do Sinttel-ES nº 846 • www.sinttel-es.org.br • 25/12/2016

**BRASILCENTER**

Sinttel-ES convoca assembleia para avaliação da proposta de PPR-2016 – Programa de Participação nos Resultados

O Sinttel convoca os trabalhadores da BrasilCenter para participarem da assembleia que discutirá sobre a proposta que a empresa apresentou ao Sindicato para o pagamento do PPR 2016, para todos os trabalhadores.

Infelizmente a empresa só se manifestou sobre o acordo de PPR agora no final do ano, com pouco tempo para as negociações. Isto acontece também com as demais empresas do Grupo Claro/Embratel/Net.

Para os trabalhadores da BrasilCenter, a empresa fez uma proposta que será apresentada e discutida na assembleia. Portanto, precisa da participação de todos.

Quem pode receber?

1- Todos/as os/as trabalhadores/as da BrasilCenter

Dia 08/12/2016
em duas seções:
às 12h30 e às 14h30

Onde?

Cerimonial Tozzatto
(Av. Saturnino de Freitas Mauro,
nº 50 - P. de Itaparica – Vila
Velha/ES, Cerimonial Tozzatto,
atrás da BrasilCenter

admitidos até a data de 30/09/2016, têm direito ao PPR, proporcionalmente ao período trabalhado;

2 - Os **afastados por Acidente de Trabalho e Licença Maternidade**, também têm direito;

Continua no verso!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Quem tem direito ao PPR

Continuação da página 1

3 – Os **afastados por doença durante 2016** receberão **proporcionalmente** ao período trabalhado;

4 - Os/as **empregados/as desligados** receberão também **proporcionalmente aos meses trabalhados, desde que tenham mais de 90 dias efetivos de trabalho em 2016;**

Para o cálculo do valor do prêmio serão considerados os seguintes critérios individuais:

1- Receberão 100% do PPR aqueles que durante o ano de 2016 tenham tido até 2 faltas injustificadas;

2- Receberão 50% do PPR aqueles que durante o ano de 2016 tenham tido até 4 faltas injustificadas;

Dia 08/12/2016
em duas seções:
às 12h30 e às 14h30
Onde?0
Cerimonial Tozzatto, que fica atrás da BrasilCenter

Quem não está no programa?

3- Não receberão o PPR, aqueles que tenham tido 5 ou mais faltas injustificadas, independentemente do tempo trabalhado.

4- Os estagiários e os jovens aprendizes.

Pagamento:

O pagamento do Programa de Participação nos Resultados – PPR-2016, para os empregados ativos em 31/12/2016 será efetuado até 30/04/2017

Os desligados deverão procurar a empresa no decorrer do mês de maio de 2017 para a solicitação do crédito que ocorrerá até 30/06/2017.

Valor do prêmio

1 – Pagamento de 60% do salário base

O salário de referência para o pagamento do PPR será o do mês de dezembro de 2016 ou do mês do seu desligamento.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

**SINTTEL-ES realiza
ASSEMBLEIA para
avaliação da PROPOSTA
da BRASILCENTER
para o PPR 2016**

SINTTEL-ES
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÃO NO ES

Dia
08/12

Onde?
Cerimonial Tozzatto, que fica
atrás da BrasilCenter

12h30 e às 14h30

02/12/2016 - Convergência Digital

Administradores na Holanda pedem falência de subsidiárias da Oi

Os administradores judiciais das subsidiárias da Oi na Holanda protocolaram o pedido de falência das duas subsidiárias da operadora – veículos financeiros da Oi no país. Em comunicado ao mercado no Brasil, a operadora “espera que disso não resultem impactos significativos na recuperação judicial”.

“Os administradores judiciais nomeados para supervisionar os procedimentos de suspension of payments das suas subsidiárias Oi Brasil Holdings Coöperatief UA - Em Recuperação Judicial (“Oi Brasil Holdings”) e Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial (“PTIF”), veículos financeiros da Oi na Holanda, protocolaram junto à Corte Distrital de Amsterdã, na Holanda,

pedidos de conversão dos procedimentos de suspension of payments em procedimentos de falência sob as leis holandesas, contra a Oi Brasil Holdings e a PTIF”, informa a Oi.

A audiência para discutir a aprovação do pedido foi agendada dia 12 de Janeiro de 2017, informa a operadora no mesmo comunicado. “A Oi reitera que a eventual conversão estaria restrita à jurisdição e lei holandesas e espera que disso não resultem impactos significativos na recuperação judicial - que continua incluindo a Oi Brasil Holdings e a PTIF -, no seu caixa e nem no dia-a-dia da Companhia no Brasil. A Oi pretende empreender todos os esforços apropriados para buscar assegurar a proteção dos interesses das Empresas Oi e de todos os seus stakeholders.”



5 de dezembro de 2016 - 14h16

Governo apresenta Reforma da Previdência que penaliza trabalhador

O presidente Michel Temer apresenta, nesta segunda (05), a proposta de reforma da Previdência às centrais sindicais e aos parlamentares da base aliada. Sob o falso argumento de que, como está, a Previdência é insustentável e pode quebrar, o governo encaminha, nos próximos dias, ao Congresso Nacional, um texto que penaliza os trabalhadores e, ao que tudo indica, preserva privilégios.

Entre as propostas em discussão está a de estabelecer a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem, seja do setor público, seja do privado.

O novo texto, se aprovado, pode aumentar tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Para ter acesso ao valor completo, de acordo a nova regra de cálculo, seria necessário contribuir 50 anos.

Atualmente, o homem pode pedir aposentadoria aos 65 anos e a mulher aos 60, desde que tenham contribuído por no mínimo 15 anos. A idade para a aposentadoria compulsória também irá subir, de 70 para 75 anos.

As medidas já anunciadas, que atingem, principalmente, os trabalhadores rurais, enfrentam forte resistência das entidades, por penalizarem a classe trabalhadora. Professores e trabalhadores do campo estão entre as categorias mais prejudicadas pelas mudanças nas regras. As duas classes têm acesso ao benefício aos 60 anos, homens e 55, mulheres.

A proposta, além de aumentar a idade mínima, cria ainda uma contribuição obrigatória para trabalhadores rurais, que atualmente se aposentam após comprovação de atividade no campo. A reforma também veta o acúmulo de benefícios e reduz o valor de pensões em 50%, numa quantidade inferior ao salário mínimo.

“Essa reforma mexe profundamente com o bolso e a saúde do nosso povo. O governo inicia hoje uma campanha caluniosa para vender que a Previdência Pública é o seu principal problema de caixa. Temer quer que o povo pague a conta da crise. Contribuição mínima de 50 anos é o mesmo que fazer poupança para encher as burras dos banqueiros de dinheiro. A proposta de reforma da Previdência é imoral e indigesta. Não dá para engolir”, declarou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

Além de ser prejudicial aos trabalhadores, a reforma de Temer também deve preservar privilégios. Isso porque, ao que tudo indica até agora, militares e parlamentares não terão que se submeter às novas regras.

Segundo o Valor Econômico, as mudanças para a aposenta-

doria dos militares, deverão ser tratadas em um Projeto de Lei separado e posterior. A ideia é que, para não escancarar uma proteção às Forças Armadas, a aposentadoria da categoria tenha “algum ajuste, mas leve”. Quanto aos parlamentares, o governo avalia que não “há espaço” para apresentar propostas que atinjam aqueles que vão votar a reforma.

Com a gestão econômica em xeque, diante do aprofundamento da recessão e da falta de propostas para melhor o cenário, em especial no curto prazo, o governo trata o envio da Reforma da Previdência como uma “sinalização” importante ao mercado. Mais uma vez, a dupla Temer-Meirelles insiste na defesa única do ajuste fiscal, como se ele fosse capaz de gerar algum crescimento econômico.

Em evento em São Paulo, Meirelles destacou a reforma da Previdência como “essencial” para a recuperação da economia e previu que as mudanças pretendidas por Temer devem ser bem recebidas pelo Congresso. Ele afirmou ainda que o objetivo da reforma é assegurar a todos o direito de receber a aposentadoria.

O governo tem insistido na falácia de que há déficit na Previdência, mas especialistas comprovam que, na verdade, o governo é que não tem cumprido a sua parte no financiamento da seguridade, retirando, assim recursos do caixa da Previdência.

O valor econômico informa que - apelando para o alarmismo de sempre - a gestão pretende lançar uma campanha em busca apoio para as mudanças na aposentadoria. O público-alvo principal são jovens brasileiros. As peças publicitárias vão insistir na tese do rombo na previdência e pregar que, com a reforma, o governo tenta garantir que o benefício seja pago a esses jovens no futuro.

O que a campanha não falará é que existem várias alternativas para a sustentabilidade do financiamento da Previdência, que não pesam sobre as costas dos trabalhadores. Como sugere o economista Fagnani, a mais simples delas é fazer com que os recursos da assistência social sejam investidos na assistência social. É possível aumentar a arrecadação do sistema simplesmente aplicando a lei em vigor.

Além disso, para além do corte de gastos, seria possível atuar do lado das receitas, recuperando a arrecadação, por exemplo, com a cobrança da dívida das empresas com o INSS, acabando com isenções fiscais e incentivando a formalização no mercado de trabalho.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

2 de dezembro de 2016 - 15h07

Quase 60% das famílias têm renda per capita de até um salário mínimo

Resultados pioraram de 2014 para 2015, mas são melhores que os de 2005.

O número de famílias com renda domiciliar per capita equivalente a um quarto do salário mínimo cresceu, entre 2014 e 2015, de 8% para 9,2% do total, segundo dados divulgados hoje (2) pelo IBGE. A comparação é favorável com 2005, quando a participação nessa faixa de renda era de 12%.

A participação das famílias com renda per capita acima de um quarto e até meio salário mínimo passou de 17% para 17,8% – eram 20,4% dez anos antes. Assim, mais de um quarto das famílias tinha renda de até meio mínimo em 2015.

A faixa acima de meio até um salário mínimo também cresceu, de 28,9% para 30,3% – chegava a 27% em 2005. Somadas as três, 57,3% das famílias tinham, em 2015, renda

per capita de até um salário mínimo.

As famílias com renda de um a dois mínimos passaram de 25,2% para 24,7% (21,1% em 2005). E aquelas situadas na faixa de dois a três mínimos foram de 7,9% para 7%, próximo ao resultado de dez anos antes (7%).

De três a cinco mínimos, eram 4,6%, ante 4,9% em 2014 – e 5,3% em 2005. Na última faixa, acima de cinco salários mínimos, de 3,8% para 3,4% (4,5%).

O rendimento médio em 2015 foi de R\$ 1.270, variando de R\$ 796 (Nordeste) a R\$ 1.524 (Centro-Oeste), seguido de Sul (R\$ 1.512), Sudeste (R\$ 1.504) e Norte (R\$ 850).

Fonte: Rede Brasil Atual

02/12/2016 - Rede Brasil Atual

Desigualdade diminui, mas concentração de renda segue alta

Pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE, representavam 75% da população com menor rendimento

A desigualdade e a concentração de renda diminuíram no Brasil, mas seguem elevadas, de acordo com os dados divulgados hoje (2) na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE. O Índice de Gini, por exemplo, que era de 0,548 em 2005 e de 0,497 em 2014, foi a 0,491 no ano passado – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. Mas tem variações por regiões: vai de 0,419 (Santa Catarina) a 0,555 (Distrito Federal). No estado mais populoso, São Paulo, é de 0,460, ante 0,522 dez anos atrás.

Os 10% mais ricos da população concentravam, no ano passado, 40,5% da renda. Em 2005, a proporção era de 45,3%. E o 40% com menor rendimento passaram de 11% para 13,6%.

A desigualdade se mede, também, pelo recorte de cor. Os classificados como pretos e pardos, que representavam 54%

da população brasileira, eram 75,5% dos 10% com menor rendimento. Eles representavam, por outro lado, apenas 17,8% das pessoas situadas entre 1% com maiores rendimentos, ante 79,7% dos brancos.

No mercado de trabalho, quase metade dos negros (48,3%) estava na informalidade. Entre os brancos, a proporção era de 34,2%. A média total era de 41,8%.

A população economicamente ativa (PEA) foi estimada em 104,2 milhões de pessoas, sendo 94,4 milhões de ocupados e 9,8 milhões de desempregados. A taxa média de desemprego foi de 9,4%, variando de 6,6% (região Sul) a 10,5% (Sudeste) e atingindo 7,5% no Centro-Oeste, 8,7% no Norte e 10,1% no Nordeste. Entre jovens de 16 a 24 anos, a taxa chegava a 22,8%.

2 de dezembro de 2016 - 14h33

Mercado de trabalho continua discriminando mulheres

O crescimento econômico do Brasil na última década não se refletiu em mais igualdade no mercado de trabalho. Com ou sem crise, as mulheres brasileiras continuam trabalhando mais – cinco horas a mais, em média – e recebendo menos.

A renda das mulheres equivale a 76% da renda dos homens e elas continuam sem as mesmas oportunidades de assumir cargos de chefia ou direção. A dupla jornada também segue afastando muitas mulheres do mercado de trabalho, apesar de elas serem responsáveis pelo sustento de quatro em cada dez casas.

As contatações são da Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira, divulgada hoje (2), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa estudou os indicadores entre os anos de 2005 e 2015.

As mulheres tendem a receber menos que os homens porque trabalham seis horas a menos por semana em sua ocupação remunerada. Porém, como dedicam duas vezes mais tempo que eles às atividades domésticas, trabalham, no total, cinco horas a mais que eles. Ao todo, a jornada das mulheres é de 55,1 horas por semana, contra 50,5 horas deles.

De acordo com a pesquisadora do IBGE Cristiane Soares, os homens continuam se esquivando de tarefas da casa, o que se reflete em mais horas na conta delas. "Na década, a jornada masculina com os afazeres domésticos permanece em 10 horas semanais", destacou.

Mesmo trabalhando mais horas, as mulheres têm renda menor, de 76% da remuneração dos homens. Esse número era de 71% em 2005 e reflete o fato de mulheres ganharem menos no emprego e também por não serem escolhidas para cargos de chefia e direção. Dos homens com mais de 25 anos, 6,2% ocupavam essas posições, contra 4,7% das mulheres com a mesma idade. Porém, mesmo nesses cargos, fazendo a mesma coisa, o salário delas era 68% do deles.

Apesar deste cenário, a pesquisa mostra que cresce o número de mulheres chefes de família. Considerando todos



os arranjos familiares, elas são a pessoa de referência de 40% das casas. Entre aqueles arranjos formados por casais com filhos, uma em cada quatro casas é sustentada por mulheres. O percentual de homens morando sozinho com filhos é mínimo.

Nem trabalham, nem estudam

Acompanhando a tendência mundial, as mulheres jovens entre 15 e 29 também estão em desvantagem em relação aos

homens da mesma idade. No Brasil, boa parte delas interrompe os estudos e para de trabalhar para cuidar da casa. Entre o total de mulheres, 21,1% não trabalha nem estuda, contra 7,8% dos homens.

Em uma década, a situação dos jovens chamados de nem-nem mudou pouco. Em 2005, 20,2% das mulheres estavam nesta situação e 5,4% dos meninos. De acordo com a pesquisa, a hipótese mais provável é que essas meninas estejam cuidando de filhos ou da casa. Em média, 91,6% delas contam que dedicam 26,3 horas semanais a afazeres domésticos. Já entre os meninos, 26,3% dos nem-nem que responderam cuidar da casa dedicam 10,3 horas semanais à atividade.

A especialista do IBGE no tema, Luana Botelho, destaca que a situação não se alterou na década, mesmo quando a situação econômica do país era mais favorável, em 2005. "Podemos olhar a série histórica que a situação não se altera com a economia. O fato de ter mais ou menos emprego não vai fazer essa mulher deixar de ser nem-nem", disse. Para ela, são necessárias medidas específicas para permitir que as jovens diminuam a dedicação às tarefas domésticas e voltem a trabalhar.

No total, cerca de 70% das mulheres brasileiras estão fora do mercado de trabalho. A maioria tem 50 anos ou mais e não tem instrução ou só completou o ensino fundamental.